

IMED INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
Unidade Policlínica de Posse

CNPJ nº 19.324.171/0012-57

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025 E 31/12/2024 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO				
ATIVO	Notas	2025	2024	
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.051.842,12	7.731.811,08	
Estoque	5	602.896,25	2.249.361,97	
Adiantamentos	6	15.023,93	64.833,29	
		17.670.345,20	10.046.006,34	
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Outros créditos a longo prazo		-	-	
Ativo Intangível	7.1	-	-	
Ativo compensado	7	11.103.670,52	13.533.606,92	
TOTAL DO ATIVO		28.774.015,72	23.579.613,26	

PASSIVO	Notas	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.882.775,11	390.789,99
Obrigações com pessoal	10	840.835,49	587.076,14
Obrigações Tributárias	9	171.555,00	85.192,74
Outras obrigações a pagar	11	12.629,68	16.115,82
Adiantamentos diversos	12	14.762.549,92	8.966.832
		17.670.345,20	10.046.006,34
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Outras Obrigações a Longo Prazo		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superavit/Deficit Acumulados		-	-
Total do Patrimônio Líquido		-	-
Passivo compensado	7	11.103.670,52	13.533.606,92
TOTAL DO PASSIVO		28.774.015,72	23.579.613,26

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO			
	Notas	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita bruta de subvenção	13	31.391.928,85	8.809.279,25
		31.391.928,85	8.809.279,25
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS			
Outros dos produtos	16	(3.438.103,67)	(777.189,88)
Outros dos serviços	16	(25.180.501,62)	(7.107.685,67)
		(28.618.605,29)	(7.884.875,55)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		2.773.323,56	924.403,70
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	17	(4.488.418,13)	(1.021.927,57)
Despesas financeiras		(3.402,02)	(8.476,12)
Despesas tributárias		(6.167,98)	(361,87)
Receitas financeiras	15	1.724.664,57	106.333,39
		(2.773.323,56)	(924.432,17)
SUPERAVIT/DEFICIT OPERACIONAL		-	(28,47)
Outras receitas	14	-	28,47
		-	28,47
SUPERAVIT/DEFICIT ANTES DOS TRIBUTOS		-	-
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO		-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO			
		2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superavit/Deficit do exercício (Aumento) redução de ativos:		-	-
- Valores a receber		-	-
- Estoque		1.646.465,72	(2.249.361,97)
- Adiantamentos		49.809,36	(64.833,29)
- Impostos a recuperar		(582,90)	-
- Ativo compensado		2.429.936,40	(13.533.606,92)
		4.125.628,58	(15.847.802,18)
Aumento (redução) de passivos:			
- Fornecedores		1.491.985,12	390.789,99
- Obrigações com pessoal		253.759,35	587.076,14
- Obrigações tributárias		86.362,26	85.192,74
- Outras Obrigações		(3.486,14)	16.115,82
- Adiantamentos diversos		5.795.718,27	8.966.831,65
- Passivo compensado		(2.429.936,40)	(13.533.606,92)
		5.194.402,46	23.579.613,26
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		9.320.031,04	7.731.811,08
(DECRÉSCIMO) ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES		9.320.031,04	7.731.811,08
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício		7.731.811,08	-
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício		17.051.842,12	7.731.811,08
(DECRÉSCIMO) ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES		9.320.031,04	7.731.811,08

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Superavit (deficit) acumulados	Superavit (deficit) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Superavit/Deficit do exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
O IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, inscrito no CNPJ sob nº 19.324.171/0001-02, é uma organização social sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvendo de atividades voltadas à gestão da saúde, provendo-a, e bem como a de participar e desenvolver estudos e pesquisas sobre o tema. A sede social está localizada na rua Itapeva, nº 202 - conjunto 33 - Bela Vista, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. As demonstrações a seguir, transpõem as operações no exercício corrente de 01/01/2025 a 31/12/2025, conforme contrato celebrado junto a SES-GO para administração da Policlínica Estadual da Região Nordeste - Posse, em Posse - GO. Vigente desde 01 de julho de 2025, denominado Termo de Colaboração nº 20/2025 - SES, com prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
2.1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE: As demonstrações contábeis do Instituto mantêm um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos. Os registros contábeis expõem todos os fatos contábeis ocorridos no exercício, elaborados e preparados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e internacional, NBC TG 1000 (R1) e ITG 2002 (R1), destinadas às entidades de interesse social, sem finalidade de lucros, e à NBC-TG 07 (R2) de subvenções e assistência governamentais, com observância ao Manual de Práticas Contábeis, vinculado às Entidades do Terceiro Setor, aplicado aos Contratos de Gestão e/ ou Convênios com metas preestabelecidas.
2.2 - MOEDA FUNCIONAL: As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional"), que no caso do Instituto é o Real ("R\$"). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

NOTA 03 - PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e Equivalentes de**

Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço. **b) Valores a receber:** Os valores a receber são as provisões de recursos estabelecidos nos contratos de gestão e que ainda não foram recebidos. **c) Estoques:** Os valores do estoque compreendem os materiais e medicamentos médicos, e materiais de uso e consumo de cada unidade hospitalar. A escrituração de entrada dos produtos é feita pelo valor de aquisição. O método de avaliação das saídas de estoque é pelo custo médio ponderado. Compreende também o estoque de terceiros, os empréstimos de materiais e medicamentos médicos entre as unidades hospitalares administradas pela entidade, e outras unidades hospitalares administradas por outras entidades. **d) Adiantamentos:** Registra os adiantamentos operacionais aos empregados e terceiros, relacionados a salários, férias, décimo terceiro salário, e adiantamento a fornecedores, oriundos de pagamentos em duplicidade ou a maior. **e) Impostos a recuperar:** Registra o valor dos créditos relativos à impostos pagos a maior e em duplicidade, a serem futuramente compensados. **f) Fornecedores:** São registradas nessa conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços. **g) Obrigações Trabalhistas:** São registradas nessa rubrica os encargos sobre folha de pagamento a pagar, bem como, os encargos retidos a pagar. **h) Obrigações Tributárias:** São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte. **i) Outras contas a pagar: Provisão de férias, 13º salário e encargos:** O grupo de provisões trabalhistas contempla as provisões de Férias e encargos, 13º salário e encargos, que foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **j) Passivos contingentes:** Foi observada a NBC TG 25 que recomenda que se reconheça uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira

continua...

... continuação

IMED INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
Unidade Policlínica de Posse

CNPJ nº 19.324.171/0012-57

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em reais)

confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, mas com provável necessidade de que um recurso econômico seja exigido para liquidá-la. O instituto é parte envolvida em processos judiciais envolvendo questões trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de seus negócios. As estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são definidas com base em pareceres de assessores jurídicos. **k) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **l) Ativos e Passivos Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Ativos e Passivos não circulantes:** Ativos não circulantes e realizáveis a longo prazo são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. Passivos não circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Entidade não prática transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Gerenciamento de risco financeiro:** O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de Crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas devido ao não cumprimento, por parte de contrapartes, de suas obrigações contratuais. Este risco é gerenciado por meio de uma análise criteriosa das contrapartes e da definição de limites de crédito. A Entidade também mantém provisões para perdas estimadas com base na experiência histórica e em análises específicas de cada cliente. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez está relacionado à capacidade da Entidade de honrar seus compromissos financeiros à medida que se tornam exigíveis, sem incorrer em perdas significativas. Para mitigar este risco, a Companhia gerencia ativamente seus fluxos de caixa, mantendo um equilíbrio adequado entre ativos e passivos de curto e longo prazo, além de linhas de crédito disponíveis. **Risco Operacional:** O risco operacional refere-se a perdas potenciais resultantes de falhas em processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A gestão deste risco envolve a implementação de controles internos robustos, políticas de segurança da informação, treinamentos contínuos para os colaboradores e auditorias regulares para identificar e mitigar vulnerabilidades. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco. **p) Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de operação e nas atividades da Entidade. **q) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. Mensalmente são reconhecidas as provisões dos contratos executados na competência. **r) Apuração do Resultado:** O Superávit e/ou Déficit são apurados, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado. **s) Tributação -** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente. **t) Subvenção e assistências governamentais:** No que concerne as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observado a NBC TG 07 (R1), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, o instituto registrou as subvenções governamentais recebidas em contas de passivo, caracterizando a obrigação. A

receita de subvenção é reconhecida em confronto com as despesas correspondentes. "Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo." **u) Novas normas contábeis em vigor a partir do exercício 2024:** As seguintes normas e interpretações foram alteradas e não deverão ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Entidade.

Norma / Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 10 / CPC 36(R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2) / NBC TG 18 (R3)	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Venda ou contribuição entre investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações ao CPC 03/ IAS 7 / CPC 40/ IFRS 7 / NBC TG 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação - Definição e Divulgação de Informações adicionais para acordos de financiamento de fornecedores	01/01/2024
Alterações no CPC 26 / IAS 1	Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com Covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante	01/01/2024
Alterações no CPC 02	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando de falta de cambiabilidade	01/01/2024
Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16	Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de Sale and Leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 09 (R1)	Alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, Conforme Resolução CVM 199/2024	01/01/2024

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA/ DISPONÍVEL - AC

Os valores apresentados como caixa e equivalentes de caixa, compreendem os valores disponíveis em moeda corrente (caixa), saldos disponíveis em contas correntes e de aplicações financeiras.

	2025	2024
Caixa	-	-
Banco Conta Movimento	-	-
Aplicações Financeiras	17.051.842,12	7.731.811,08
	17.051.842,12	7.731.811,08

NOTA 05 - ESTOQUE - AC

Os valores do estoque compreendem os materiais médicos e medicamentos, e materiais de uso e consumo de cada unidade hospitalar. A escrituração de entrada dos produtos é feita pelo valor de aquisição. O método de avaliação das saídas de estoque é pelo custo médio ponderado. Compreende também o estoque de terceiros, os empréstimos de materiais e medicamentos médicos entre as unidades hospitalares administradas pela entidade, e outras unidades hospitalares administradas por outras entidades.

	2025	2024
Estoque	585.315,23	2.234.141,17
Estoque de Terceiros	17.581,02	15.220,80
	602.896,25	2.249.361,97

NOTA 06 - ADIANTAMENTOS - AC

Os valores em outros créditos são compostos pelos adiantamentos de salários e de férias a empregados, adiantamentos a terceiros. Estão classificados ainda como adiantamentos, os valores de bloqueio de saldos em contas correntes.

	2025	2024
Adiantamento a Empregados	14.834,25	1.033,29
Adiantamento a Terceiros	-	63.800,00
	14.834,25	64.833,29

NOTA 07 - ATIVO COMPENSADO E PASSIVO COMPENSADO

O Instituto apresenta em suas demonstrações contábeis o ativo e passivo compensado, conforme estabelecido no Manual de Práticas Contábeis, vinculado às Entidades do Terceiro Setor, aplicado aos Contratos de Gestão e/ou Convênios com metas preestabelecidas, onde sua finalidade é a de controle, sendo assim são registrados, por idênticos valores, no débito e no crédito, onde é exposto o total de ativo fixo das unidades, os que já estavam instalados na operação hospitalar bem como os adquiridos para execução do trabalho.

ATIVO COMPENSADO	2025	2024
BENS ADQUIRIDOS		
Computadores e Periféricos	4.086,00	3.896,00
	4.086,00	3.896,00

continua...

... continuação

IMED INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
Unidade Policlínica de Posse

CNPJ nº 19.324.171/0012-57

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em reais)

	2025	2024	
BENS CEDIDOS			com foco na aquisição de bens patrimoniais. 12.2 - CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS - PC: Os valores de contratos de gestão e convênios, tratam-se de repasses efetuados pelas Secretarias de Saúde ao Parceiro Privado, para cumprimento das obrigações que ainda não foram executados pelo Instituto.
Computadores e Periféricos	615.478,55	615.478,55	
Maquinas e Equipamentos	9.659.708,70	9.657.616,03	
Móveis e Utensílios	824.397,27	797.990,13	
	11.099.584,52	11.071.084,71	
CONTRATO DE GESTÃO			Adiantamento de recursos
Contrato de gestão	-	2.458.626,21	Contrato de gestão a executar
	-	-	
	11.103.670,52	13.533.606,92	
PASSIVO COMPENSADO			
BENS ADQUIRIDOS			NOTA 13 - RECEITAS DE SUBVENÇÃO
Computadores e Periféricos	4.086,00	3.896,00	As receitas da entidade são compostas por verbas oriundas dos contratos de gestão, ou seja, receitas de subvenção, reconhecidas em conformidade com os custos e despesas do período para as unidades que mantêm contrato ativo.
	4.086,00	3.896,00	
BENS CEDIDOS			
Computadores e Periféricos	615.478,55	615.478,55	Receita bruta de subvenção
Maquinas e Equipamentos	9.659.708,70	9.657.616,03	
Móveis e Utensílios	824.397,27	797.990,13	
	11.099.584,52	11.071.084,71	
CONTRATO DE GESTÃO			NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS
Contrato de gestão	-	2.458.626,21	As Receitas recebidas a título de investimento são destinadas a obra de ampliação e reforma da unidade hospitalar, onde sua receita é reconhecida de acordo com as despesas executadas. As receitas de doações de mercadorias (estoque) são oriundas de outros hospitais da região e até mesmo das secretarias, e ainda recuperação de despesas, onde por qualquer prejuízo acarretando encargos por atraso ou indevido, o valor é ressarcido.
	-	-	
	11.103.670,52	13.533.606,92	
NOTA 08 - FORNECEDORES - PC			
Os valores de fornecedores compreendem as compras de medicamentos e materiais para uso da atividade hospitalar, bem como as provisões de contratos de serviços tomados pela entidade.			
	1.882.775,11	390.789,99	
	1.882.775,11	390.789,99	
NOTA 09 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PC			
Os valores das obrigações tributárias compreendem as retenções na fonte, pertinentes a folha de pagamentos e a serviços tomados, contratos de locação de imóveis, e do PIS sobre a folha de pagamentos			
	33.324,31	19.722,03	
	22.104,44	13.190,63	
	71.551,22	42.114,43	
	41.588,48	5.788,22	
	2.986,55	4.377,43	
	171.555,00	85.192,74	
NOTA 10 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - PC			
Os valores das obrigações trabalhistas compreendem as remunerações de verbas de salários, encargos sociais e provisões de férias, INSS e FGTS.			
	395.661,01	429.270,67	
	445.174,48	157.805,47	
	840.835,49	587.076,14	
NOTA 11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR			
11.1 - CONTAS A PAGAR - PC: Os valores de contas a pagar compreendem os valores de alugueres e pagar e das contas de consumo de água, luz, telefone e internet. 11.2 - OUTRAS CONTAS - PC: Os valores classificados como outras contas, tratam-se de empréstimos de materiais e medicamentos médicos entre as unidades hospitalares administradas pela entidade, e outras unidades hospitalares administradas por outras entidades.			
	-	-	
	12.629,68	16.115,82	
	12.629,68	16.115,82	
NOTA 12 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS - PC			
12.1 - ADIANTAMENTOS - PC: Os valores classificados como adiantamento de recursos tratam-se de recursos recebidos da SES-GO, a título de investimento			

CONTADOR

Rafael da Silva Oliveira - Contador - CRC 1SP291763/O-5

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento - Unidade Policlínica Posse

Posse - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento - Unidade Policlínica Posse, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Res-**

responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos exe-

continua...

... continuação

IMED INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
Unidade Policlínica de Posse

CNPJ nº 19.324.171/0012-57

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

cutados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. **Outros assuntos:** (I) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento - Unidade Policlínica Posse** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrim nio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2025 não reflete o patrim nio do Instituto como um todo. **Conclusão:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento - Unidade Policlínica Posse em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas cont bs aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 27 de març o de 2026

TRI DE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2

Protocolo 618239

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DE GOIÁS

Transparência e Legitimidade

CONTATOS E ANÚNCIOS

 diariooficial@goias.gov.br

 62 99218-9816

 62 3235-3358

 62 3235-3359

imprensa
OFICIAL

ABC
Agência Brasil
Central

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE D  CERTO